

Dos referenciais da Bioética – o altruísmo

On the bioethical referential systems - altruism

William S. Hossne*

Leo Pessini**

RESUMO: O presente texto teve como objetivo propor o conceito de altruísmo como sendo um dos referenciais importantes para a opção de valores na deliberação bioética. Nessa busca, a reflexão se concretiza em sete itens temáticos: Inicia-se com o levantamento de uma série de questionamentos para oferecer subsídios para uma reflexão crítica sobre o conceito de altruísmo (I). Num segundo momento busca-se respostas e apresentam-se novas indagações, no senso comum, filosófico, nas diretrizes éticas profissionais e nos documentos de pesquisa com seres humanos (II). A seguir pergunta-se: o altruísmo seria uma virtude? (III), deveríamos ou não assumir o conceito de altruísmo adjetivado? Ou adjetivação do altruísmo (exemplo: caso do altruísmo biológico) (IV). O levantamento de dados bibliométricos mostra que o conceito é recente no âmbito da bioética (V). Seguimos analisando alguns conceitos afins com o conceito de altruísmo: a alteridade, a solidariedade e a autonomia (VI), e finalmente a última peça é colocada no tabuleiro da reflexão com a perspectiva ética e bioética do altruísmo (VII), para concluir que o altruísmo é um referencial, com identidade e personalidade própria para a deliberação bioética.

PALAVRAS-CHAVE: Bioética. Bioética – referenciais. Altruísmo.

ABSTRACT: The present text has as its aim to propose the concept of altruism as being one of the important referential systems for the option for values in bioethical deliberation. In this search, the reflection takes concrete shape in seven thematic items. It begins with the proposition of a series of critical discussions for offering subsidies for a critical reflection on the concept of altruism (I). In a second moment answers are searched and new investigations are presented, in common sense, in philosophical sense, in professional ethical guidelines and in documents on research with human beings (II). Next one asks: would altruism be a virtue? (III), should we assume or not the concept of adjectivated altruism? Or adjectivation of altruism (for example: the case of biological altruism) (IV). A bibliometric survey shows that the concept of altruism is recent in the context of bioethics (V). We then analyze some concepts similar to that of altruism: alterity, solidarity and autonomy (VI), and finally the last piece is put in the tray of reflection with the ethical and the bioethical perspective of altruism (VII), and we conclude that altruism is a referential system, having an identity and a personality of its own as regards bioethical deliberation.

KEYWORDS: Bioethics. Bioethics – referential systems. Altruism.

SUMMARY

O presente texto teve como objetivo propor o conceito de altruísmo como sendo um dos referenciais importantes para a opção de valores na deliberação bioética. Nessa busca, a reflexão se concretiza em sete itens temáticos: Inicia-se com o levantamento de uma série de questionamentos para oferecer subsídios para uma reflexão crítica sobre o conceito de altruísmo (I). Num segundo momento, busca-se respostas e apresentam-se novas indagações, no senso comum, filosófico, nas diretrizes éticas profissionais e nos documentos de

pesquisa com seres humanos (II). A seguir, pergunta-se: o altruísmo seria uma virtude? (III), deveríamos ou não assumir o conceito de altruísmo adjetivado? Ou adjetivação do altruísmo (exemplo: caso do altruísmo biológico) (IV). O levantamento de dados bibliométricos mostra que o conceito é recente no âmbito da bioética (V). Seguimos analisando alguns conceitos afins com o conceito de altruísmo: a alteridade, a solidariedade e a autonomia (VI), e finalmente a última peça é colocada no tabuleiro da reflexão com a perspectiva ética e bioética do altruísmo (VII), para concluir que o altruísmo é

DOI: 10.15343/1981-8254.20140804365384

* Médico. Professor Emérito (Cirurgia) da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Medicina, campus Botucatu-SP, Brasil. Ex-Presidente da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. Membro do Comitê Internacional de Bioética da UNESCO. Coordenador do programa *Stricto sensu* em bioética (Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado) do Centro Universitário São Camilo-SP, Brasil. E-mail: posbioetica@saocamilo-sp.br

** Pós-doutor pela Universidade de Edinboro – Instituto de Bioética James F. Drane, Pensilvânia, EUA. Doutor em Teologia/Bioética. Pós-graduado em Clinical Pastoral Education and Bioethics, St Luke's Medical Center. Docente do Programa *Stricto sensu* em Bioética (Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado) do Centro Universitário São Camilo-SP, Brasil. E-mail: pessini@saocamilo-sp.br

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

um referencial, com identidade e personalidade própria para a deliberação bioética.

INTRODUÇÃO

No presente texto teceremos considerações quanto ao altruísmo, com o objetivo principal de buscar respostas à questão: *o altruísmo seria um referencial para a opção de valores na deliberação bioética?* Em publicações anteriores apresentamos a proposta dos referenciais da bioética, ao invés de princípios¹, e, em seguida, foram analisados alguns referenciais da bioética, entre os quais, os referenciais da prudência², da vulnerabilidade³, da equidade⁴, da alteridade⁵, da solidariedade⁶ e da espiritualidade⁷.

Nessa busca pela afirmação do altruísmo como um dos importantes referenciais do pensar e agir bioético, defrontam-nos com uma série de perguntas, umas imbricadas com outras, formando cipoal de indagações que exigem esclarecimentos, sob pena de atravancar os caminhos para se encontrar resposta à questão proposta. Tendo em vista a característica de “cipoal” e levando em conta a inter-relação entre as diversas perguntas e respectivas respostas, parece-nos válido expor, de um lado, as perguntas (mesmo não ordenadas) e, de outro lado, a caracterização do altruísmo para traçar o caminho dentro do cipoal para a questão básica: afinal, o altruísmo é ou não referencial para a deliberação (agir) bioética, entendida como reflexão crítica e opção livre frente a valores? Com essa sistemática de apresentação, esperamos que o leitor encontre subsídios para sua própria crítica reflexiva, concordando ou discordando da tese proposta.

Nosso itinerário reflexivo foi planejado em sete itens temáticos fundamentais, a saber: Iniciamos a partir de uma busca sistemática de indagações e respostas (I), avançamos na busca de respostas e novas indagações no senso comum, filosófico, nas diretrizes éticas (códigos) dos profissionais médicos e na pesquisa em seres humanos (II). Nessa altura nos perguntamos: o altruísmo seria ou não uma virtude? (III); O dever de assumir ou não o conceito de altruísmo adjetivado (IV). Seguimos explorando dados bibliométricos nos revelam que é

muito recente a utilização desse vocábulo no âmbito do pensamento bioético (V), a inter-relação com conceitos afins: alteridade, solidariedade e autonomia (VI). Com todos esses elementos em contexto analisaremos o altruísmo numa perspectiva ética e bioética (VII) e finalmente concluiremos que o altruísmo é um referencial importante na reflexão, deliberação e agir bioético, com identidade e personalidade própria.

Caminhando em meio ao “cipoal” de indagações sobre o altruísmo

O que se entende por altruísmo, no sentido comum e no sentido filosófico? Quando surgiu o termo? Quem o propôs? O conceito original do altruísmo é (ou foi) bem aceito pelas diferentes correntes filosóficas? O altruísmo é uma virtude? É um dever? Quando é virtude e quando é dever? Se for virtude, que tipo de virtude é? Virtude intelectual ou virtude moral no sentido aristotélico?

O altruísmo é instintivo? Um sentimento ou capacidade? Existe somente na espécie humana? Existe manifestação de altruísmo em outros animais? Nesse caso, o altruísmo é uma “virtude” ou instinto? Existe o altruísmo biológico? O que é?

O altruísmo é racional ou emocional? É inato ou adquirido? Se é inato, pode ser estimulado? Ou desenvolvido? Se sim, como? Qual a relação entre altruísmo e utilitarismo? O conceito de altruísmo deve levar em conta a motivação para caracterizar “atitude altruística”? Ou independe da motivação? Seria relevante, para a caracterização do altruísmo, o tipo de motivação?

Quando o agir é motivado por recompensa material, ele é uma “atitude altruística”? E/ou altruísmo? Em outras palavras, existe altruísmo “remunerado”? Altruísmo depende de cultura?

O altruísmo ou “atitude altruística” é ato heroico? Quando o “ato heroico” faz parte da atividade profissional, como, por exemplo, o bombeiro que salva vidas em incêndio, pode-se rotular como altruísmo?

Quando o “ato altruista” é, na verdade, conseqüente a um desejo egoístico, por exemplo, sentir-se bem, ser um “santo” ou um herói, pode-se falar em altruísmo? Existe egoísmo altruista? Ou altruísmo egoísta? Quando

o “ato altruísta” ocorre em virtude de forte sentimento de culpa, pode-se falar em altruísmo?

Quando a atitude visa proteger um grupo, ao qual pertence o agente e implica maleficência para grupo rival, existe altruísmo? É “altruísmo punitivo”? Duas enfermeiras cuidam de dois pacientes com doença terminal. Uma das cuidadoras o faz como voluntária e a outra é remunerada, as duas são altruístas? Ou praticam atos de altruísmo?

Imagine-se a seguinte situação: 1) Bombeiro (do corpo salva-vidas) de plantão no posto de observação percebe que alguém está se afogando no mar e vai imediatamente resgatá-lo com pleno sucesso; 2) Esse mesmo bombeiro está passeando na praia, em seu dia de folga, e percebe que alguém está se afogando; sai correndo e consegue resgatar a vítima, com êxito pleno. Nas duas situações se configura altruísmo ou apenas na segunda situação? Qual a relação entre omissão de socorro, egoísmo e altruísmo?

Recentemente, uma reportagem na televisão apresentou a explosão de caixas eletrônicas por um bando de delinquentes, em que três deles colocam os explosivos nas caixas de posto de abastecimento de combustível e um quarto elemento fica na esquina aguardando, com motor do carro ligado para a fuga. Assim que os três bandidos colocam os explosivos e vão se distanciar da explosão para não se ferir com fragmentos, um morador de rua, totalmente desprevenido, caminha em direção ao foco da explosão prevista. O quarto bandido percebe e sai correndo para resgatar o morador de rua, com sucesso. O bandido, reconhecido, como bandido, praticou altruísmo? Foi altruísta? Criminoso pode ser altruísta?

Todo homem virtuoso é altruísta? Todo homem que pratica ato altruísta é um homem virtuoso? Altruísmo é um estado permanente ou pontual? Altruísmo é despreendimento? Se sim, do que? Os médicos sem fronteiras, podemos considera-los altruístas? O voluntário em pesquisa é altruísta? Se remunerado, continuaria a sê-lo?

O altruísmo é sempre “desinteressado”? Altruísmo é meio ou é fim? Ausência de altruísmo é egoísmo e o “excesso de altruísmo” que nome se lhe deve dar? Distúrbio de comportamento? Temeridade? Irresponsabilidade?

Legado de herança para fundações e/ou sociedades beneficentes é altruísmo? Ou beneficência? Doações para reduzir imposto de renda, configuram altruísmo? Quando é altruísmo e quando é benevolência?

Quais as relações entre altruísmo e os outros referenciais da bioética? Quais as relações entre altruísmo e compaixão, altruísmo e caridade, altruísmo e misericórdia? Em situações em que meus interesses não estão em jogo e atuo defendendo os interesses de outro, estarei sendo altruísta? Será altruísmo, benevolência, justiça? Dever moral, compaixão?

Se a motivação que levou ao ato de optar pelos interesses do outro for “oportunidade de obter fama”, “remuneração”, “resgate de eventual sentimento de culpa”, descaracteriza o ato praticado como não sendo altruísmo? Além da motivação, a gravidade das consequências para o agente é elemento relevante para caracterizar o altruísmo?

Quando o sujeito da pesquisa concorda em participar do projeto de pesquisa clínica, sem benefícios para si, e sem pagamento, ele está sendo altruísta? Se for pago para isso, continua sendo altruísta? Doação Intervivos de órgãos, tecidos, sangue (doação sem venda) é altruísmo sempre? Nos países em que é permitida a “venda” existe altruísmo no ato de “doação”? Se a “venda” de órgãos, tecidos, sangue estiver legalmente vedada, pode-se pagar a sujeito de pesquisa clínica? Em qualquer fase (I, II, III e IV). E em qualquer tipo de pesquisa, com e sem finalidade terapêutica?

Como é referido e tratado o termo “altruísmo” nos Códigos de Ética Profissional? Nas diretrizes e normas éticas na pesquisa em seres humanos Internacionais, tais como o Código de Nuremberg, a Declaração de Helsinque e as Diretrizes do CIOMS/OMS? O que ocorre no Brasil com a Resolução 466/12?

Em busca de respostas e novas indagações no senso comum, filosófico, nas diretrizes éticas dos médicos e na pesquisa com seres humanos

Tentaremos buscar elementos que nos permitam uma reflexão crítica sobre as indagações que possam subsidiar e/ou consubstanciar as possíveis respostas às

indagações. Certamente algumas indagações poderão ter respostas diversas, de acordo com a reflexão crítica do leitor, variável de acordo com a sua própria “tábua de valores” de vida.

Não temos a pretensão de dar resposta taxativa a alguma das indagações; procuraremos, porém, dar ao leitor os elementos que, a nosso ver, permitam que cada um de nós, chegue às “suas respostas”, ainda que tenhamos que formular novas perguntas. Isso sem perder de vista, que o objetivo básico desse texto é o de responder à indagação: *o altruísmo é um referencial para o processo de deliberação bioético?* Para chegarmos a essa resposta, antes, deve-se buscar responder às seguintes interrogações: O que se entende por altruísmo? Qual é seu significado; no sentido comum e no sentido filosófico? Nas diretrizes éticas dos médicos? Na pesquisa com seres humanos?

O altruísmo: busca do significado comum

No sentido comum, altruísmo⁷ pode ser definido como: “Abnegação, beneficência, caridade, desambição, desapego, entrega, filantropia, generosidade, renúncia”. Como Antônimos, podemos verificar: ambição, apego, egoísmo, individualismo, filúcia, ganância, indiferença, interesse, mesquinhez, misantropia.

No sentido comum, verifica-se que o vocábulo altruísmo tem significado bastante abrangente. Os diversos sinônimos se configuram, como componentes ou ingredientes do altruísmo, como se altruísmo fosse, metaforicamente, uma síndrome com um conjunto de sintomas e não uma entidade específica. Em outras palavras, os sinônimos, levando em conta também os antônimos, seriam diferentes manifestações de altruísmo? Partes do altruísmo? Componentes do altruísmo, que se podem manifestar isoladamente? Ou em conjunto coeso?

Isoladamente, abnegação ou caridade, por exemplo, seriam expressões de altruísmo? Ou o altruísmo supõe sempre existência de abnegação ou caridade? De qualquer forma, no sentido comum, o altruísmo supõe condicionantes – abnegação, renúncia, caridade e generosidade – tomados em consideração, seja isoladamente ou em conjunto. Por outro lado, é interessante notar que,

em geral, se emprega o termo egoísmo como carência, falta ou negação de altruísmo. O dicionário Houaiss, registra, no sentido comum, nove outros antônimos de altruísmo e todos eles contundentes.

O altruísmo: busca do sentido filosófico

No sentido filosófico, o verbete “altruísmo” figura nos vários dicionários de filosofia (Dicionário Cambridge, Dicionário Runes, Dicionário Giles, Dicionário Ferrater Mora, Dicionário de ética e filosofia moral de Canto-Sperber, Dicionário Oxfor-S. Blackburn, Dicionário Japiassú e Marcondes, Dicionário Bunge, Dicionário Abbagnano. Outros dicionários⁸⁻¹² referem que o termo altruísmo foi criado por Augusto Comte (1798-1857) dentro do mantra do positivismo: O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim.

De acordo com Ferrater Mora⁸, na opinião de Comte, “o altruísmo, que implica, entre outros afeitos, a benevolência, mas não se reduz a ela, se opõe ao egoísmo, que supõe o amor exclusivo por si mesmo em detrimento dos outros”⁸. E prossegue Mora “Segundo Comte, o altruísmo, quando enérgico, é sempre mais apropriado que o egoísmo para dirigir e estimular a inteligência, inclusive nos animais”⁸. Para esse autor “o altruísmo não é, pois, um vago sentimento de afeto; ele constitui a base para uma moral sistemática”⁸. Por conseguinte, deve-se defender e desenvolver um “regime altruísta” em oposição a um “regime egoísta”.

Em outras palavras, o altruísmo estaria relacionado a afetos, a instintos e que a educação o torna predominante sobre seu oposto, o egoísmo. Ainda na concepção Comtiana, o altruísmo é *sempre* mais apropriado que o egoísmo “para estimular a inteligência, inclusive nos animais”. Haverá, pois, altruísmo fora da espécie humana? Se o altruísmo *estimula* a inteligência, ele existiria apenas nos animais “inteligentes”? Isto é, dotados de inteligência.

Ainda segundo Abbagnano⁹ e Ferrater Mora⁸, o termo altruísmo logo foi aceito na área da psicologia, que considerava que a antítese entre egoísmo e altruísmo estaria destinada a desaparecer com a evolução moral. Do outro lado, a ética altruísta se confronta com a ética

individualista do século XVIII, que “reivindica os valores e direitos do indivíduo contra os da sociedade”⁸.

Abbagnano⁹ cita, a propósito, Nietzsche (Assim falou Zaratustra) externando hostilidade ao altruísmo quando Zaratustra diz: “Vós ides ao próximo fugindo de vós mesmos e quereis fazer disso uma virtude, mas eu leio através de vosso altruísmo... não sabereis suportar-vos a vós mesmos e não vos amais o bastante; e eis que quereis seduzir o vosso próximo induzindo-o ao amor e embelezar-vos com o amor dele?”⁹.

Segundo Mora⁸, há duas ideias básicas sobre a origem do altruísmo: “1) o altruísmo funda-se no interesse próprio, seu exercício traz mais benefícios que o do egoísmo, ser altruísta é atender aos próprios interesses, ser um altruísta é ser um egoísta *sui-generis*; 2) o altruísmo não precisa de justificação de caráter individualista – o utilitarismo não constitui a base do altruísmo mas talvez o inverso”⁸. Segundo este autor, a primeira concepção é sustentada por Comte e a segunda é defendida pelos filósofos que enfatizaram a importância dos impulsos sociais acima dos impulsos individuais.

Bunge¹¹, por sua vez, refere o altruísmo como desprendimento de si, generosidade e que “os utilitaristas sustentam que o altruísmo não é outra coisa senão um egocentrismo inteligente”, o que, segundo Bunge, é um sofisma. Já o dicionário de filosofia Cambridge¹³ registra o termo altruísmo, mas indica como busca o verbete egoísmo, apresentado como “qualquer doutrina que coloca o si mesmo no centro de tudo”, havendo diversas versões diferentes de egoísmo. “O *egoísmo ético* é a doutrina segundo a qual as pessoas só devem fazer aquilo que cai sob o próprio interesse. Já o *egoísmo psicológico* é uma doutrina a respeito das razões, das inclinações ou das disposições das pessoas “e assinala que ‘o altruísmo é o oposto do egoísmo’ e acrescenta que ‘qualquer ponto de vista ético que implica que as pessoas às vezes *devem* fazer aquilo que é do interesse dos outros e não de seu interesse próprio, pode ser considerado como forma de *altruísmo ético*”¹¹ (grifos nossos).

São assinalados os grifos, pois nos suscitam outras interrogações: existe egoísmo ético? Qual a diferença entre egoísmo ético e egoísmo psicológico? Há altruísmo não

ético? (Seria o excesso de altruísmo, isto é, temeridade?) O altruísmo é sempre ou às vezes um dever?

No dicionário de ética e filosofia moral, cuja organização se deve a Canto-Sperber¹⁴, o verbete é referido como “outrem” e como subtítulo “outrem e altruísmo”. O termo altruísmo não aparece como verbete. O altruísmo é relacionado à fenomenologia e a alteridade.

Para Runes¹², o termo altruísmo foi adotado, significando “o *culto da benevolência*”, o “*contrário do egoísmo*”, “*amor desinteressado* e dedicação à sociedade”, “amor com sacrifício de si mesmo... à humanidade concebida como uma unidade real”. O autor assinala que, por extensão, o termo veio a significar a busca do bem dos outros, motivada quer pelo interesse egocêntrico ou pelo interesse dos outros, quer pelo “dever moral desinteressado”. Runes associa altruísmo à benevolência (como culto), ao amor desinteressado e dedicado à sociedade e a humanidade, implicando “sacrifício de si mesmo”. Já na concepção por extensão, “o altruísmo é a busca do bem dos outros, por qualquer motivação (egoísmo ou dever moral)”. Está incluído aqui como “dever moral do altruísmo”, o dever profissional que prevê cuidar do bem dos outros, bombeiro, médico, por exemplo?

Japiassu e Marcondes¹⁰ referem que o conceito de altruísmo foi estabelecido por Comte “para designar o amor mais amplo possível pelo outro; vale dizer a inclinação natural que nos levaria a escolher o interesse geral de preferência os nossos próprios interesses”; em seu sentido mais moral “altruísmo designa atitude generosa que consiste em sacrificar efetivamente seu interesse ao do outro, ou da comunidade”. Verifica-se aqui que a ideia de altruísmo implica “sacrifício” de algo, “colocando o interesse do outro ainda que (subentende-se) contrário aos interesses pessoais do agente da ação e altruísmo supõe *generosidade*” (grifo nosso).

Blackburn¹⁵, no dicionário Oxford de Filosofia refere o altruísmo como “preocupação *desinteressada* pelo bem-estar do outro”, como um *fim em si mesmo* (grifo nosso); assinala que o altruísmo “com frequência é considerado um dos fundamentos da ética cristã” e que, “como categoria é desconhecido no pensamento grego”. Aqui o altruísmo é considerado fim em si mesmo e é descrito

como preocupação desinteressada (subentende-se que seja do agente da ação) pelo bem-estar do outro. Aqui não se leva em conta se os interesses do agente estão ou não em jogo e nem a motivação do ato.

Giles¹⁶ refere o altruísmo como a “preocupação do bem ou do interesse de outrem; o amor desinteressado e benevolente com a humanidade; a dedicação ao bem-estar dos povos e da sociedade, motivado tão somente pelo senso do dever, implica *compaixão*, a *simpatia* e a dedicação de si” (grifo nosso). No caso, o altruísmo é concebido como dever, associado à *compaixão*, *benevolência*, *simpatia*, “dedicação de si” sem análise de motivação pessoal e/ou de interesse do agente da ação.

A análise do significado comum e do significado filosófico do vocábulo altruísmo nos permite (objetivo dos grifos) vislumbrar algumas respostas a algumas indagações; respostas nem sempre taxativas e nem sempre concordantes. Contudo, enriquecem o pano de fundo para a devida reflexão.

O conceito de altruísmo nas diretrizes éticas (códigos de ética) profissionais e na pesquisa em seres humanos

Nas diretrizes ético-profissionais dos profissionais médicos

O Código de Ética Médica Brasileiro na sua versão mais recente de atualização de 2009 não registra o termo altruísmo. No entanto, como as demais profissões da área da saúde, as atividades podem configurar atos de altruísmo, por exemplo, risco de contágio resultante da prestação de cuidados ao outro. Trata-se aqui de altruísmo decorrente de dever profissional e legal. Seria uma espécie de obrigação deontológica (atividade altruística) vinculada à ética da profissão e do profissional?

O Código de Ética refere o princípio da beneficência, cabendo ao profissional evitar a maleficência e cuidar do bem do seu paciente, cotejando riscos e benefícios, sem levar em conta os próprios interesses e sim o do outro, no caso o paciente e/ou o sujeito da pesquisa. O médico, no exercício de sua profissão, expõe-se a riscos, conscientizados e assumidos deontologicamente em favor de benefícios para o seu paciente. Subentende-se

que o médico, e outros profissionais da saúde, assumem o compromisso de atuar de modo altruísta. Tomar atitudes altruísticas, dentro dos limites das obrigações profissionais, é o que se espera do profissional da saúde e que faz parte de seus compromissos éticos, sobretudo no que se refere à relação com o paciente.

A propósito, pelo seu significado histórico e emblemático, vale a pena lembrar o que diz Entralgo¹⁷ referindo-se a essa relação deontológica. Segundo esse eminente médico espanhol a primeira manifestação da relação curadora é a chamada “ajuda espontânea”, “aquela que se presta ao enfermo seguindo o instinto de auxílio que ingenuamente opera na alma humana normal e sem recorrer a usos tradicionais nem a ritos mágicos”. Entralgo exemplifica, como ajuda espontânea, o abraço da mãe, junto ao seu peito, do filho febril.

Para Entralgo¹⁷ “a ajuda espontânea há uma atitude ambivalente, em que se articulam entre si o *instinto* de auxílio de um lado e a *tendência*, não menos primária, para o abandono do enfermo, pois a enfermidade nos atrai e nos repele” (grifos nossos). Conclui Entralgo que a ajuda espontânea é, na realidade, um ato de decisão em que “mais ou menos conscientemente, segundo o caso e a pessoa, a espontaneidade do homem é sempre uma atividade por ele decidida, apropriada e projetada”¹⁷, portanto nem sempre, ao menos, instintiva.

Cabe indagar se na decisão, entre cuidar e abandonar, da ajuda espontânea, não entra em jogo eventual sentimento de culpa da pessoa. Seria a ajuda espontânea “o germe do altruísmo e da alteridade”, da relação médico paciente, regulada pelo Código de Ética?

O altruísmo inerente ao exercício de uma profissão

Considerando o altruísmo apenas no que se refere ao bem-estar e ao interesse de outrem em detrimento do próprio interesse, sem análise de mérito motivacional, certas profissões pressupõem situações em que os interesses de outrem podem se sobrepor aos interesses pessoais. É o caso das profissões que, pela sua própria natureza implicam riscos (até de morte) do agente em favor dos interesses do outro: é o profissional da saúde

cuidando de portadores de doenças infecciosas, como no caso de doentes de ebola, ou HIV/aids, o bombeiro socorrendo o afogado, o atropelado, o queimado.

Do ponto de vista estritamente consequencialista, o resultado em função da natureza da profissão e do contrato de trabalho, é o de atitude altruísta – embora como dever de trabalho remunerado. A propósito, o Código Penal Brasileiro em seu artigo 135 dispõe o dever de cada cidadão socorrer o próximo, sob pena de se configurar “omissão de socorro”, salientando, porém, que o dever se impõe desde que “não haja risco pessoal”.

Diretrizes éticas na pesquisa em seres humanos

No que se refere às normas e diretrizes éticas referentes à pesquisa em seres humanos, os documentos internacionais curiosamente não registram a expressão altruísmo. A ênfase maior, em tais documentos, é dada à questão da autonomia e da voluntariedade e aí se embute, até certo ponto, a ideia do altruísmo.

O que importa é que o sujeito da pesquisa tenha plena capacidade de autonomia, própria ou delegada para, conhecendo os riscos e benefícios, opte por participar ou não do projeto de pesquisa, não importa, em princípio, a motivação envolvendo tal opção. Se a opção envolve ou não atitude altruística, não é levado em conta, explicitamente. Dentro dessa visão, a ênfase é centrada na autonomia e no termo de consentimento e, até certo ponto, na ausência de coação, coerção, fraude e eventuais vantagens pessoais, sobretudo econômicas.

Para o lado, não mais do sujeito da pesquisa, mas do agente (pesquisador, sobretudo o médico), os documentos salientam o dever do agente em esclarecer os riscos e benefícios que podem ocorrer. Não se fala em juízo de mérito por parte do médico. Em outras palavras, o médico pesquisador tem a responsabilidade de informar, ou melhor, de esclarecer o sujeito, sem influenciar a opção e sem levar em conta, se há ou não altruísmo em jogo. Cabe aqui perguntar se, do ponto de vista da ética profissional o médico tem “o direito” de propor riscos ao paciente que configuram atos de altruísmo? Isto é, o médico considera eticamente adequado que ele próprio, guardião da saúde e da integridade de seu

paciente, proponha riscos graves, ainda que altruísticos, que, ele mesmo, não recomendaria?

Por outro lado, o altruísmo que não é citado como tal, aparece nas entrelinhas e de modo ambíguo. A propósito, apenas como ilustração, transcreve-se trecho do documento Diretrizes Internacionais para a ética na pesquisa em seres humanos (CIOMS/OMS), em particular, a “Diretriz n. 7. Incentivos para participar de uma pesquisa”. “Pode-se reembolsar os sujeitos por ganhos não percebidos, gastos de viagem e outros gastos em que tiverem incorridos ao tomar parte em um estudo”.

Até aqui, trata-se de ressarcir despesas que o indivíduo passa a ter por se tornar sujeito da pesquisa. Não se exige, assim, nenhuma atitude altruística, pois seus interesses, neste aspecto não são atingidos. Contudo, logo a seguir, a diretriz n. 7 dispõe: “os sujeitos podem, da mesma maneira, receber serviços médicos gratuitos”. Novamente não só não se apela ao altruísmo, como se oferece “vantagem” pela participação. A nosso ver, não se trata de vantagem; o atendimento, sobretudo de eventos adversos deveria ser obrigação do proponente do projeto de pesquisa.

A seguir, a Diretriz n. 7, estabelece: “Pode-se também *pagar* ou compensar os sujeitos pelos inconvenientes sofridos e pelo tempo gasto, particularmente no caso daqueles que não obtém benefícios diretos da pesquisa” (grifo nosso). Note-se que os verbos utilizados são *pagar* ou *compensar* e não o verbo ressarcir. Existe, pois, ambiguidade entre participação movida por altruísmo e pagamento efetivo (compra?) ao sujeito da pesquisa. Pelo menos, pode-se inferir que a redação não dá espaço ou incentivo ao aparecimento de altruísmo.

A ambiguidade retorna, no texto da Resolução, quando estipula, logo a seguir, que “Não obstante, os pagamentos não devem ser muito elevados nem os serviços médicos amplos o bastante para induzir os sujeitos potenciais a consentir em participar da pesquisa de forma pouco racional (incentivo indevido). Todos os pagamentos, reembolsos e serviços médicos proporcionados aos sujeitos devem ser previamente aprovados por um Comitê de avaliação ética”.

Novamente, aflora aqui, a ambiguidade, pois de um lado se restringe e até mesmo se isenta de responsabilidade a prestação de serviços médicos para não ocorrer “incentivo indevido” (como seria rotulado auxílio bastante elevado). A nosso ver, este documento bem como outros documentos internacionais, não levam em conta adequadamente, o altruísmo, valorizando, ao invés, disposições de natureza contratual, mais legais do que éticas.

O conceito de altruísmo nos leva a analisar riscos x benefícios para o agente e riscos x benefícios para o outro (o que no fundo é análise de beneficência), mas o mais *importante* é a análise de riscos para o agente e a análise de benefícios para o outro, para avaliarmos, ao lado da motivação se se trata de altruísmo genuíno ou não. Pela ética consequencialista (de resultados) o resultado final, na aparência, é idêntico, mas pode ser expressão de altruísmo ou egoísmo.

No caso da pesquisa em seres humanos no Brasil, a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde também não registra o vocábulo altruísmo. Contudo, implicitamente o expressa, ao dispor que o sujeito da pesquisa age altruisticamente conforme os itens II.10 e II.11, vejamos: II.10 Sujeito da pesquisa é o (a) participante pesquisado (a) individual ou coletivamente de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração. II.11 Consentimento livre e esclarecido, anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação...”.

A resolução 196/96 deixa clara que a participação do voluntário configura ato desinteressado de altruísmo. Na revisão da Resolução 196/96, em 2012, alterou-se a redação (Resolução 466/12) permitindo a remuneração quando o sujeito participa de pesquisa com novos medicamentos em fase I. Os documentos internacionais e os de alguns países, em nome da autonomia, assinaram que a participação do sujeito de pesquisa deve ser voluntária, mas permitem a remuneração pela participação; a eventual atitude “altruística” é remunerada, e poderíamos questionar se estamos, nesse caso, ainda diante de altruísmo?

As disposições contidas nas diretrizes insinuam a possível existência de altruísmo como fator relevante a ser levado em conta no momento da decisão do sujeito de pesquisa optar por participar ou não do projeto de pesquisa que lhe é apresentado. Mas, havendo ou não altruísmo, o importante é que a decisão seja fruto da autonomia do eventual sujeito da pesquisa. Em outras palavras, o importante é que a opção tenha sido feita por quem pode decidir (autonomia plena, própria ou do responsável legal) e o faz “voluntariamente”, não se levando na devida conta, se está presente o altruísmo e como ele atua na opção.

Enfim, no nosso percurso reflexivo desse item constatamos que o vocábulo altruísmo é pouco contemplado e/ou citado em documentos regulatórios referentes às profissões (deontológicos) e às pesquisas com seres humanos. No máximo ele é insinuado e ou intuído; ainda assim, como vimos, de forma ambígua. A ideia de altruísmo é, de certa forma, ofuscada pelos princípios da autonomia. Em busca de subsídios para a reflexão crítica, a guisa de respostas às indagações formuladas, consideraremos relevante saber como aparece o termo altruísmo na literatura científica em geral e na ética e na bioética, em particular (dados bibliométricos).

O altruísmo seria uma virtude?

Pela nossa incursão em alguns dicionários filosóficos, percebemos que estes não deixam claro se altruísmo é virtude. Comte-Sponville¹⁸, em seu livro *Pequeno Tratado de Virtudes*, no preâmbulo, indaga o que é uma virtude? e procura responder à pergunta. Para esse autor, “virtude é uma força que age, ou que pode agir”; “virtude é poder, mas poder específico”; “a virtude de um ser é o que constitui seu valor, em outras palavras, sua excelência própria”. Os latinos traduziram para *virtus*, a *aretê* dos gregos.

Segundo o Glossário de termos gregos¹⁹ *aretê* significa “mérito ou qualidade nas quais alguém é o mais excelente; excelência do corpo, excelência da alma e da inteligência. Virtude é sua tradução costumeira porque foi traduzida para o latim por *virtus*, que significa, inicialmente, força e coragem e só depois, excelência e

mérito moral e intelectual. A *aretê* indica um conjunto de valores físicos, psíquicos, morais, éticos políticos, que forma um ideal de excelências”.

Para Comte-Sponville¹⁸ “a virtude de um homem é o que o faz humano”. A virtude é “nossa capacidade de agir bem”. Em seu livro, selecionou 18 virtudes; nessa seleção, curiosamente não incluiu o altruísmo. Contudo, ao se referir à coragem diz: “coragem egoísta é egoísmo, coragem desinteressada é heroísmo” e prossegue: “o que estimamos, na coragem, e que culmina no sacrifício de si, seria, pois, em primeiro lugar, o risco aceito ou corrido sem motivação egoísta, em outras palavras, uma forma, se não sempre de *altruísmo*, pelo menos de desinteresse, de desprendimento, de distanciamento do eu” (grifo nosso). Vemos aqui uma implicação entre egoísmo, coragem, motivação e altruísmo.

Voltando à pergunta o que é virtude, Altruísmo é virtude? Retornemos a Aristóteles. Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles²⁰ refere: “Por virtude humana entendemos não a do corpo, mas a da alma” e prossegue “porquanto dizemos que algumas virtudes são *intelectuais* e outras morais; entre as primeiras temos a sabedoria e entre as segundas, por exemplo, a liberalidade e a temperança” (grifos nossos). “Com efeito, ao se falar do caráter de um homem não dizemos que ele é sábio, ou que possui entendimento, mas que é calmo e temperante. No entanto, louvamos também o sábio, referindo-nos ao hábito; e aos hábitos dignos de louvor clamamos virtudes”. No livro II, se lê “Sendo, pois, de duas espécies a virtude, intelectual e moral, a primeira, por via de regra gera-se e cresce graças ao ensino e por isso requer experiência e tempo; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, donde ter se formado o seu nome por uma pequena modificação da palavra hábito”. “Por tudo isso, evidencia-se que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; com efeito, nada do que existe naturalmente pode formar um hábito contrário à sua natureza”. “Não é, pois, por natureza que as virtudes se geram em nós. Diga-se, antes, que somos adaptados por natureza a recebê-las e nos tornarmos perfeitos pelo hábito”.

Se seguirmos essa linha de pensamento, cremos que altruísmo, se virtude for, seria, pois, virtude moral diferenciando-se do assim chamado altruísmo biológico, determinado pela biologia, o qual será abordado mais adiante. Aristóteles em sua *Ética* e Nicômaco²⁰ afirma: “Começemos, pois, por frisar que está na natureza dessas coisas o serem destruídas pela falta e pelo excesso. “Tanto a deficiência como o excesso do exercício destroem a força; e da mesma forma, o alimento ou a bebida que ultrapassam determinados limites, tanto para mais como para menos, destroem a saúde, ao passo que, sendo tomados nas devidas proporções, a produzem, aumentam e preservam”. “O mesmo acontece com a temperança, a coragem e as outras virtudes, pois o homem que a tudo teme e de tudo foge, não fazendo frente a nada, torna-se um covarde, e o homem que não teme absolutamente nada, mas vai ao encontro de todos os perigos torna-se temerário”.

Se considerarmos o altruísmo uma virtude e endossarmos a linha do pensamento aristotélico (*in medio virtus*, “nem falta e nem excesso”) poderíamos dizer que o altruísmo pressupõe limites. Sua falta, certamente, redundaria em egoísmo, aliás, seu antônimo nos dicionários. Como podemos denominar seu excesso, por exemplo, altruísmo sem limites, até mesmo a morte? Nesse sentido, poderíamos parodiar Voltaire, o qual, segundo Comte-Sponville¹⁸, declarava que “a coragem não é uma virtude, mas uma qualidade comum aos celerados e aos grandes homens” e dizer que o excesso de altruísmo pode configurar “temeridade” ou “santidade” – por exemplo, os santos que chegaram até ao sacrifício da própria vida pelo interesse do outro ou outros. Paradoxalmente, o excesso de altruísmo, isto é, altruísmo sem limites, pode ser resultante de um egoísmo extremado, “egoísmo *sui generis*”, segundo Ferrater-Mora⁸, como vimos. O altruísmo extremado poderia ser denominado de “altruísmo egoístico” ou “egoísmo altruístico”, ainda que pareça um paradoxo.

No caso do altruísmo, pela série de perguntas já formuladas anteriormente, depreende-se que a motivação para o altruísmo como virtude, pode ser diversa, como no caso, por exemplo, do bombeiro salva-vidas de plan-

tão e de folga. Em outras palavras, motivações diversas podem levar a consequências idênticas. Os atos praticados, embora levem à mesma resultante, têm motivação que vai do puro sentimento altruísta (bombeiro de folga) a ato contratual, previsto no contrato de trabalho (bombeiro de plantão) ou até mesmo a um egoísmo ou egocentrismo. Em certo sentido se aplicaria, no caso, a visão weberiana da ética de convicção (ou de princípio) no primeiro caso e da ética de consequência na segunda eventualidade?

Em termos de Bioética, nossa posição é a de considerar que não se pode ser maniqueísta, isto é, não se pode, *a priori*, endossar uma ou outra visão, convicção ou consequência, em todas as situações, taxativamente. No exercício da Bioética, isto é, na deliberação para a busca da opção mais adequada, o tipo de motivação para o ato altruísta é importante, cabendo distinguir o ato fruto de altruísmo, ou seja, desinteressado, da atitude altruística, decorrente, por exemplo, de dever contratual. Seria distinguir o altruísmo da “atitude altruística”? Parece-nos válido adotar essa diferenciação. Não se trata apenas de uma saída semântica.

Retornando à questão do que é a virtude para Aristóteles, na sua obra *Ética a Nicômaco*²⁰: “Devemos agora considerar o que é a virtude. Visto que na alma se encontram três espécies de coisas – paixões, faculdades e disposições de caráter – a virtude pertence a uma destas”. Após análise de cada uma das coisas, ele conclui que as “virtudes não são paixões, nem faculdades; só resta uma alternativa, a de que sejam disposições de caráter”. Assim, pode-se dizer que o altruísmo será uma virtude quando se configurar como “disposição de caráter”.

Aristóteles assinala que “não basta, contudo, definir virtude como disposição de caráter; cumpre dizer que espécie de disposição de caráter”²⁰. Faz uma análise crítica e conclui: “A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática”²⁰. E é um meio termo entre dois vícios, “um por excesso e outro por falta”, “em suma, do

excesso ou da falta não há meio termo, como também não há excesso ou falta de meio termo”²⁰.

Na área da psicologia analítica e da psiquiatria alguns autores^{21,22} destacam a importância dos termos “caráter” e “temperamento” no modelo Cloninger²³ para a conceitualização da Personalidade. Segundo Tavares e Ferraz²¹, os termos caráter e temperamento eram antes usados como sinônimos. No que se refere a temperamento são elencados os “fatores de temperamento sendo um deles a “autotranscedência” descrita nos seguintes termos: “autotranscedência corresponde à visão de si mesmo como ponto integrante de uma realidade ampliada não alcançada pela apreensão sensorial; agrupa elementos como “altruísmo”, comunhão cósmica e espiritualidade” (grifo nosso).

Para Aristóteles, se altruísmo for uma virtude, como vimos, ele é uma predisposição de caráter. E, diante das referências feitas^{21,22} podemos acrescentar que altruísmo está relacionado também a temperamento e a personalidade. Seria válido indagar? O egoísmo extremado, e/ou altruísmo desmensurado, podem ser transtornos de personalidade? O altruísmo seria um referencial para a deliberação bioética, seja ele considerado *instintivo*, *dever*, *egoísmo altruístico* ou *virtude*, segundo a concepção aristotélica? Como referencial importa saber quando o altruísmo age como virtude, quando age como dever (atitude altruística).

O altruísmo adjetivado? Adjetivação do altruísmo? O altruísmo biológico

O vocábulo altruísmo, ao que tudo indica, proposto em meados do século XIX por Comte, surge como neologismo. Não raramente, o neologismo vai adquirindo diferentes significados, assumindo concepções doutrinárias variáveis e diferentes (até mesmo antagônicas). As novas palavras fenecem, ou crescem e podem variar de significados. Nessas situações podem surgir conflitos entre o que se conceitua e o que ocorre na prática.

Uma das saídas é apelar para a semântica, adjetivando o neologismo (substantivo) de modo a equilibrar e/ou apaziguar conflitos entre diversos significados, entre vivência e concepção teórica. A adjetivação, muitas

vezes, é a saída, ainda que, com a adjetivação, se corra o risco de “fragmentar e enfraquecer” o significado inicial do neologismo, e ainda que, com a adjetivação “oficialize” a inclusão de coisas diversas sob o manto do mesmo substantivo. Cremos que assim deve ter ocorrido com uma das primeiras adjetivações do altruísmo, ao se falar, na esfera da sociobiologia, em altruísmo biológico.

O que se entende por altruísmo biológico? Logo depois de denominado também de altruísmo animal, ao lado do, agora também adjetivado, altruísmo comtiano, que passa a ser referido como altruísmo psicológico ou altruísmo moral ou altruísmo humano. Repete-se a indagação: o que é altruísmo biológico ou animal? No que ele difere ou não difere do altruísmo moral ou psicológico?

Note-se, de início, que utilizando mais de um adjetivo para querer significar o mesmo sentido, já se criam ambigüidades. Falar-se em altruísmo biológico induz a concepção diversa de quando se fala em altruísmo animal. Quando se fala em altruísmo psicológico não significa que seja o mesmo que altruísmo moral, ou altruísmo humano. Até aqui, quando falamos em altruísmo estivemos nos referindo ao adjetivado altruísmo moral ou ético. Cabe agora, tecer alguns poucos comentários sobre o também adjetivado altruísmo biológico, sobretudo no sentido de se saber se ele também pode ser considerado um referencial em Bioética.

O altruísmo biológico ocorre quando o ser vivo, desde unicelular, como a bactéria, até o primata, inclusive o ser humano, atua em defesa do outro em detrimento de seus próprios interesses, até o autossacrifício para defesa e sobrevivência de outrem. Na literatura temos vários exemplos clássicos de altruísmo biológico. É o caso de bactérias que sobreviveram a antibiótico adquirindo resistência e transferem essa resistência (com a própria morte) para outras colônias de bactérias da mesma espécie, para conservação da espécie. É o caso do pássaro que, diante da aproximação de um predador, abandona o ninho com os filhotes, para afastar o predador da ninhada, atraindo-o para si. É o caso de insetos, abelhas

e formigas, que morrem ao defender a rainha e a continuidade da espécie.

Hoje, com base na biologia molecular (...) tem sido identificados mediadores (ocitocina) que levariam a desencadear o fenômeno do altruísmo biológico. O altruísmo seria resultante de reações químicas (determinismo?). Fala-se, inclusive, na possível existência de gene do egoísmo e gene do altruísmo. Compreende-se assim a associação, registrada na literatura, entre altruísmo biológico e o darwinismo e entre altruísmo biológico e sociobiologia. Em suma, a literatura já consagrou a adjetivação do altruísmo, pelo menos quando procura classificar o altruísmo, em altruísmo moral (psicológico ou humano) e altruísmo biológico (ou animal)^a.

Os dois tipos de altruísmo devem ser avaliados e utilizados como referenciais, respeitada a conceituação de um e outro. Acreditamos que o altruísmo humano é um referencial de maior relevância na avaliação bioética de situações que envolvem o ser humano e o altruísmo biológico nas situações que envolvem a bioética nos seres vivos e no meio ambiente.

Diante do exposto, é pertinente (ou é heresia científica?) colocar as seguintes indagações: deve-se diferenciar altruísmo adjetivado como moral do altruísmo biológico ou cabe denominar-se de altruísmo o assim chamado altruísmo biológico? O altruísmo denominado moral ou psicológico só vale para animais racionais? O chamado altruísmo biológico também existe em seres humanos? Se existir gene egoísta e gene altruísta, o egoísmo e o altruísmo seriam determinados por causa genética? Além dessa adjetivação (psicológica, biológica) o altruísmo pode sofrer outras adjetivações explicitadas ou implícitas, ainda em processo de gestação, aguardando simplesmente a oportunidade para nascer.

Analisemos o seguinte estudo de caso: Para a execução de determinado projeto de pesquisa clínica, com novo medicamento, duas pessoas são convidadas a participar da pesquisa. Ambas, com plena capacidade de autodeterminação, maiores de idade, recebem as informações necessárias, inclusive quanto aos eventuais

a. Para detalhes de altruísmo biológico, sugere-se, entre outras, as seguintes publicações: Jeng, et al²⁴; Weng, et al²⁵; Wyatt et al²⁶; Schonmann et al²⁷; Gospic et al²⁸.

riscos (para o indivíduo) e possíveis benefícios (para o outro, ou melhor, para outrem) e assinam o termo de consentimento.

Para o sujeito A é informado que ele não terá nenhum tipo de retribuição pela sua participação, considerada absolutamente voluntária, a não ser o ressarcimento de pequenas despesas (locomoção, refeição) pelo seu comparecimento. Para o sujeito B é informado que ele receberá certa quantia mensal (igual ou superior a que ele faz jus em sua atividade profissional, enquanto está participando da pesquisa). Ambos, sujeitos A e B, concordam em participar da pesquisa. Houve altruísmo nos dois casos? Ou só houve no caso A, onde se presume que o indivíduo agiu dentro da concepção original de que altruísmo pressupõe agir em benefício de outrem, por amor ao próximo, em detrimento de seus próprios interesses.

No caso do sujeito B, houve altruísmo? O “altruísmo” foi comprado? Altruísmo se vende? Altruísmo se compra? Pode-se falar, no caso, em altruísmo mercantilizado ou em mercantilização do altruísmo? Trata-se, nesse caso, de mercado humano? Vale notar, contudo, que nos dois casos, ambos concordaram em participar, isto é, o resultado foi, aparentemente, igual. Do ponto de vista da chamada ética de resultados, ou seja, da ética consequencialista ou ética utilitarista, nada a opor, já que as consequências são as mesmas, mas, seria mesmo assim?

Em nossa postura bioética julgamos que não se pode ser maniqueísta, optando por uma ou outra “espécie” de bioética. A bioética, multi e interdisciplinar, pluralista por essência busca a reflexão crítica baseada em fundamentos (princípios, alicerces, convicções) e em análise de consequências. Afinal, sem fundamentos não há possibilidade de reflexão crítica e, por outro lado, não há ato (sobretudo atitude ética) sem responsabilidade e sem avaliação das consequências, não só as imediatas, mas também as mediatas.

E se o sujeito B aceitasse participar da pesquisa não porque lhe foi oferecido dinheiro, mas facilidades, tais como tratamento gratuito, facilidades no atendimento, brindes, etc. Continua a haver o mesmo altruísmo

do sujeito A? Seria um *altruísmo seduzido*? *Induzido*? *Maquiado*? Se o indivíduo B aceita o convite porque lhe é acenado ou por ele percebido que é uma ocasião para “notoriedade” (sobretudo na mídia) para fama (“benfeitor da humanidade”)? Trata-se, no caso, de motivação egoística. Seria um altruísmo egoístico ou egoísmo altruísta? Para quem julgar que altruísmo, no seu sentido original, é uma virtude, esses diversos “tipos” de altruísmo seriam “altruísmo desvirtuado”?

A nosso ver, o altruísmo é um elemento cuja presença, embora não positivada (e nem mencionada explicitamente nas Diretrizes Éticas) está sempre implicitamente presente.

Imaginemos agora uma situação da prática clínica corrente. O doente necessita, para sobreviver, de transplante de órgão intervivos e na busca de captação, verifica-se que o irmão do doente tem adequada histocompatibilidade. O irmão se oferece como doador. É um ato de altruísmo espontâneo ou se poderia falar em “altruísmo impositivo”?

Em situação semelhante, como ocorre em alguns países, e se o “doador” vende seu órgão para transplante? É um “altruísmo hipócrita”? Pois algo doado pode ser vendido?

A adjetivação do altruísmo parece ser uma saída semântica para melhor equacionamento de conflitos bioéticos. Mas é um indício da importância do altruísmo nesse equacionamento, ainda que, com o risco de “fragmentação” do altruísmo decorrente do fenômeno de adjetivação.

Aristóteles já dizia que a virtude é uma predisposição de caráter. Vale acrescentar que o altruísmo incide sobre a personalidade do sujeito que se comporta (ou reage) de acordo com a estrutura de sua personalidade, de modo egoístico ou altruísta, em diferentes graus de diferenciação. Na realidade, o altruísmo tem sido adjetivado; na literatura há referência a *altruísmo genuíno*, *altruísmo autêntico*, *altruísmo* e *egoísmo sui generis* e, de modo sistemático, o altruísmo biológico. Esse último, já categorizado. O altruísmo biológico, na verdade, seria uma espécie de determinismo biológico, diferente do altruísmo que diz respeito aos seres humanos.

O altruísmo – Dados bibliométricos

Tendo como fonte três bases de dados (*PubMed* – *Philosopher’s Index* e *Lilacs*) e utilizando o termo Altruísmo no título da publicação, encontramos os dados expostos nas Tabelas 1, 2, 3 e 4^b.

Os resultados evidenciam que aproximadamente 73% (72,6%) dos registros encontram-se em *PubMed* e 27 % (26,9%) no *Philosopher’s* e apenas 0,5% no *Lilacs*; demonstrando predominância na base de dados da área biomédica (como é o *PubMed*) em relação à área de humanidades. Chama a atenção a baixa frequência de artigos na base *Lilacs*, voltada para a América Latina e do Caribe, região em que culturalmente se valoriza muito o altruísmo.

Quando se analisa o número de publicações referentes a altruísmo em cada década, chama a atenção o expressivo aumento de publicações sobre altruísmo a partir das últimas duas décadas. Assim, se verifica que, tanto na base *PubMed*, como na base *Philosopher’s*, que mais da metade das publicações ocorreu a partir do ano 2000 (63% entre 2000-2013 no *PubMed*, e 53%, no mesmo período na base *Philosopher’s Index*). Vale notar que o total das publicações registradas na base *Lilacs* ocorreram entre 2000 e 2013. Se incluirmos a década de 1990, veremos que 80% das publicações sobre altruísmo ocorreram entre 1990 e 2013.

Tabela 1. Publicações cujo título consta o vocábulo ALTRUÍSMO – Bases de dados: *PubMed*, *Philosopher’s Index* e *Lilacs* – Distribuição de frequências absoluta (n) e relativa (f=%)

Base	n	f
<i>PubMed</i>	640	72,6%
<i>Philosopher’s Index</i>	237	26,9%
<i>Lilacs</i>	6	0,5%
Total	883	100 % (aproximadamente)

Tabela 2. Publicações cujo título consta o vocábulo ALTRUÍSMO, em cada década – Base de dados: *PubMed**. Distribuição de frequências absoluta (n) e relativa (f=%)

Década	n	f
Antes de 1970	16	2,5%
1970 – 1979	56	8,9%
1980 – 1989	55	8,8%
1990 – 1.999	106	16,8%
2000 – 2009	257	40,8% 80%
2010 – 2013	141	22,3% 63%
Total	640	

Nota* em nove publicações não se refere a data da publicação.

Tabela 3. Publicações cujo título consta o vocábulo ALTRUÍSMO, em cada década – Base de dados: *Philosopher’s Index**. Distribuição de frequências absoluta (n) e relativa (f=%)

Década	n	f
Antes de 1970	3	1,8%
1970 – 1979	21	8,9%
1980 – 1989	22	9,7%
1990 – 1999	65	27,5%
2000 – 2009	88	37,3% 80,6%
2010 – 2013	37	15,7% 53%
Total	237	

Nota*: em uma publicação não se refere a data da publicação.

Tabela 4. Publicações cujo título consta o vocábulo ALTRUÍSMO, em cada década – Base de dados: *Lilacs*. Distribuição de frequências absoluta (n) e relativa (f=%)

Década	n	f
2000 – 2009	3	50%
2010 – 2013	3	50%
Total	6	100%

b. Os dados não são rigorosamente precisos, pois uma mesma publicação pode figurar em mais de uma base.

Ao incluir na busca, os termos altruísmo x ética: altruísmo x bioética no título das publicações, surpreendeu-nos o escasso número de publicações. Assim, altruísmo x ética aparece registrado em apenas 13 publicações (2%) na PubMed e em 17 publicações (6,8%) no Philosopher's Index. Contudo, chama mais a atenção para altruísmo x bioética - não encontramos registrado, tendo como fonte as três bases, nenhuma publicação associando *altruísmo e bioética*, ao menos no título da publicação.

Os dados evidenciam que o termo altruísmo, nascido em torno de meados do século XIX, passou a merecer maior atenção a partir do início do século XXI. No entanto, não tem merecido maior atenção o enfoque ético e bioético, visto o escasso número de publicações contemplando, no título, os vocábulos ética e/ou bioética e altruísmo. Existe, talvez, outra razão desse vazio bibliográfico que atinge também outros referenciais da bioética, (que evidenciam sensibilidade com a área cultural e sociopolítica), por exemplo, solidariedade, vulnerabilidade e equidade, nessa história de quase meio século de existência da bioética. Nesses quase 50 anos da bioética praticamente os 30 primeiros anos foram pensados numa clave individualista, a partir do paradigma principialista norte-americano, com a hegemonia do princípio do respeito pelas pessoas, mas que praticamente valorizou a autonomia. Os primeiros pensadores de bioética eram todos imbuídos dessa visão liberal individualista, valor muito característico da cultura norte-americana. Atualmente, com o ingresso na área de filósofos e pensadores de outras áreas das ciências humanas, de visão mais comunitária, e também de outro eixo geográfico do mundo (Sul do planeta, o mundo pobre e em desenvolvimento) é que referenciais de cunho mais comunitários e sociais ganharam visibilidade e hegemonia. A famosa *Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos da Unesco* de 2005 é, nesse sentido, um exemplo claro dessa “revolução copernicana” no âmbito da bioética. O resgate do “outro” e do “nós” nessa história e ainda muito recente.

O ALTRUÍSMO E INTER-RELAÇÕES COM CONCEITOS (REFERENCIAIS) AFINS

O conceito de altruísmo tem uma estreita relação com uma série de outros conceitos tais como a alteridade, a solidariedade e a autonomia. Vejamos resumidamente o significado de cada um desses conceitos, em particular. Para além desses três que serão objeto de análise temos também a beneficência entendida como a busca do bem e os interesses do outro, sem prejudicar os nossos legítimos interesses. A análise do custo (onerosidade) *versus* benefício deve garantir que os benefícios serão sempre maiores do que potenciais possibilidades de riscos e danos, isso no âmbito da ética da pesquisa. No âmbito da assistência e cuidado, uma ação benéfica não deve tolher a autodeterminação e autonomia a pessoa paternalisticamente.

O altruísmo e a alteridade – o outro

Altruísmo e alteridade tem a mesma raiz latina, *alter*, outro. Mas, têm significados diferentes. Contudo, têm um núcleo em comum, reportam-se e voltam-se para o outro. Mas, quem é o outro? Em que sentido alteridade e altruísmo se preocupam com o outro. Vejamos, primeiro quem é o outro. O outro é o outro para quem? Pra quem eu sou o outro? Quem é o meu outro?

Se eu for membro de um comitê de ética em pesquisa, para aprovação do projeto de pesquisa, quem é o outro para mim? Supõe-se que seja o sujeito da pesquisa, mas o outro é também o pesquisador? O patrocinador? Ou o outro é todo ser humano? Se eu sou o pesquisador quem é o outro naquele projeto de pesquisa? É o voluntário? Ou o outro é o ser humano que não está na pesquisa e que pode se beneficiar dos resultados dela?

Se eu sou o médico do “voluntário”, ele é o outro para mim? Ou eu sou o intermediário entre dois outros, o patrocinador e o meu paciente (agora sujeito da pesquisa)? Quem é o outro para o patrocinador? É o sujeito da pesquisa? É o pesquisador? O ser humano em geral?

Quem é o outro para o sujeito da pesquisa? O ser humano que pode se beneficiar do ato de eu ser voluntário na pesquisa, cujos resultados podem vir a beneficia-lo?

O outro para o sujeito da pesquisa pode ser o pesquisador? O patrocinador? O médico?

Se alteridade e altruísmo se reportam, se centralizam em núcleo comum básico (o outro), ambos devem identificar os diferentes outros, para deles cuidar na busca da mais adequada opção ética de valores.

A alteridade se preocupa com o outro (s) de acordo com o conceito de Levinás (metaforicamente expresso, por nós, na equação $Eu = Tu + Tu/Tu = Eu + Tu$ ou $Eu + Tu = Nós + Tu$) e altruísmo (seria expressão de alteridade específica) pela prioridade dos interesses do outro sobre os meus próprios interesses.

O altruísmo e a solidariedade

Intimamente ligada à alteridade, e, sobretudo ao altruísmo encontra-se a solidariedade. Como referenciais, tanto a alteridade, o altruísmo e a solidariedade se preocupam com o outro. É, pois, indispensável que o outro, os outros ou outrem (identificáveis ou não), conhecendo ou não seu rosto, sejam caracterizados para que se possa usar qualquer um dos três referenciais (ou em conjunto) para o balizamento da opção na deliberação bioética.

Outra questão que merece ser considerada é expressa pela indagação: Altruísmo – Por parte de quem? Qual a motivação? Altruísmo é bom? É uma virtude? O altruísmo ou o ato altruístico deve ser reconhecido e valorizado? Se assim, como? Altruísmo se vende? Altruísmo “comprado” é altruísmo?

Altruísmo se aluga? Se recompensa? Como? Se se recompensa deve ser recompensado antes, durante ou após a ação altruística?

Tomemos como exemplo o altruísmo na pesquisa. É lugar-comum dizer-se, o que é verdade, ao menos em parte, que sem a indústria farmacêutica patrocinadora de pesquisas de novos medicamentos, muitas doenças ficariam sem tratamento mais adequado. Portanto, muitos seres humanos podem se beneficiar das pesquisas da indústria farmacêutica. Em certo sentido, a indústria estaria praticando altruísmo ou se se quiser, tomando uma “atitude altruística” (não necessariamente exercendo altruísmo)? E deve ter sua motivação ou seu objetivo.

No caso quem é o outro para a indústria – é o sujeito? É o ser humano? O altruísmo é da indústria ou do sujeito de pesquisa ou de ambos? Continua sendo altruísmo diante de um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que configura um contrato para o ato da indústria e do sujeito?

Destaque-se que sem o sujeito de pesquisa, a pesquisa de farmacologia clínica (leia-se novos medicamentos) também não existe. A indústria precisa do sujeito – estimula-se, em nome do altruísmo (sobretudo na fase I) do voluntário. Sem a indústria, sem o sujeito da pesquisa não subsiste a pesquisa. Do mesmo modo, a pesquisa clínica não seria possível sem o pesquisador.

Indústria, sujeito voluntário, pesquisador atuam nesse caso movidos pelo altruísmo? Qual altruísmo? Altruísmo adjetivado? Se houver e quando houver altruísmo por parte de cada um deles, é “altruísmo” que deve ser louvado? E/ou recompensado?

Qual o tipo de recompensa? Na realidade se cogita da existência de altruísmo por parte do sujeito da pesquisa quando aceita participar, sem remuneração, de projeto de pesquisa (com riscos) sem nenhum benefício para si. De fato, a indústria, pela sua natureza, visa o lucro e assim a pesquisa por ela financiada busca seus interesses (econômico-financeiros) antes de mais nada. Assim, ainda que em certas situações se pudesse invocar “atitude altruística”, ela já é “recompensada”. No caso do pesquisador, ainda que se pudesse invocar, em algumas situações, atitude altruística, a “recompensa” seria concretizada pelo pagamento que recebe do patrocinador e pela “oportunidade” de enriquecer seu currículo com publicação da pesquisa?

E o sujeito da pesquisa que, na realidade, é o protagonista principal de eventual altruísmo, nos casos de pesquisa que só oferece eventuais riscos, sem benefícios diretos para ele? Deve-se pagar a ele com recompensa pelo seu altruísmo? Seria essa a forma de “louvar e recompensar” o altruísmo? As normas brasileiras optaram por esse caminho na Resolução 446/2012 (artigo 10). Vale notar que a Resolução brasileira sobre pesquisas em seres humanos, n. 196/96 proíbe esse tipo de pagamento ao sujeito humano. Podemos questionar se, com o

pagamento, a participação num protocolo de pesquisa continua a ser altruísmo.

Será que esse ato de altruísmo do sujeito de pesquisa não poderia ser “louvado e reconhecido” por outro ato de altruísmo (ao invés de pagamento) por parte do outro protagonista? O patrocinador poderia, em “ato altruísta” (genuíno ou não) reconhecer a importância do altruísmo do sujeito da pesquisa e, oferecer pelo produto que vier a ser comercializado parte do “royalty” aos órgãos públicos de saúde, para os países que participaram da pesquisa. Senão royalties, ao menos redução nos preços fornecidos à rede pública, isto é, ao outro?

Enfim o altruísmo não deixa de ser manifestação e ou forma de solidariedade. Em sentido mais profundo, solidariedade não pressupõe necessariamente pôr em risco meu interesse em detrimento do outro. O altruísmo, em sua acepção original, pressupõe.

O altruísmo e a autonomia

Importa salientar o aparente choque entre ambos, ao menos à época do surgimento do altruísmo – obrigação x liberdade de escolha, coletivismo x individualismo. O altruísmo não deve interferir na autonomia, nem diminuí-la e/ou ameaça-la.

Da mesma forma o coletivismo deve respeitar o individualismo. Por outro lado, a autonomia não deve servir de pretexto para ocultar ou reduzir a expressão do altruísmo. Não se pode, por exemplo, fazer com que termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), escudado na autonomia, contenha disposições que marginalizam o altruísmo. Se o “voluntário” assinou o termo de consentimento livre e esclarecido, estou autorizado a fazer o que propus e o que propus não contempla possível altruísmo.

O altruísmo numa perspectiva ética e bioética

Ao tentarmos fazer uma leitura ética e bioética do termo altruísmo, muitos dos elementos que entram nessa discussão já foram apresentados, em forma de interrogações e busca de respostas, como contexto de base do conceito. Assim tentamos ter uma compreensão do seu surgimento, significado no senso-comum e filosófico, bem como sua utilização no âmbito do exercício

profissional, principalmente das profissões ligadas ao mundo da proteção da vida e da saúde e na ética da pesquisa em seres humanos.

O termo altruísmo significa o oposto do egoísmo, expressando uma preocupação para com o bem-estar dos outros, antes que ser uma preocupação para consigo mesmo. Na sua forma arquetípica, ele difere do dever, fundamenta-se mais num sentimento que numa obrigação ou num imperativo. Na prática, o termo altruísmo é usado de uma forma muito mais ampla, e se refere a ações e práticas de pessoas para beneficiar os outros sem: a) obrigação de fazê-lo devido à existência de uma norma legal; b) sem receber, ou mesmo esperar, algo em retorno, esta característica distingue o altruísmo de reciprocidade²⁹.

O altruísmo não pode ser uma obrigação. A maior diferença está no ponto de gravidade entre altruísmo e solidariedade. O altruísmo enfoca relações específicas entre indivíduos, enquanto que a solidariedade vai além e engloba práticas e valores que se situam no nível coletivo, como políticas públicas e estado de bem-estar das instituições, entre outros elementos comunitários³⁰.

Para o filósofo Matti Hayry a solidariedade é uma forma distintamente comunitária de altruísmo. Para ele o altruísmo, e outras características humanas e sentimentos tais como a benevolência ou simpatia, não são suficientes para nós fazermos o bem para seres humanos individuais. A solidariedade, por outro lado, é um sentimento comunitário em que nossa benevolência efetivamente afeta os outros pelos quais não temos relações pessoais.

Não obstante essa característica fundamental do termo altruísmo, em outros usos do termo, altruísmo e egocentrismo, não se excluem mutuamente, assim como a pessoa mais egocêntrica é capaz de fazer certas coisas em benefício dos outros sem esperar ou exigir algo em retorno. O conceito de altruísmo tem sido criticado no que diz respeito à oposição binária entre interesse próprio ou interesse do outro que está implicado. Esse é um dos aspectos que tem sido levantado como crítica a perspectiva de Titmuss³¹ sobre a doação de sangue altruística, como “um dom” (“*gift relationship*”).

Essa dicotomia entre altruísmo e autointeresse corresponde à perspectiva que doar pode ser uma ação inteiramente altruística ou inclinada à commodificação (pagamento), que é a grande tendência do mercado liberal globalizante de hoje. Muitos estudos empíricos com doadores de material biológico indicam que o ato de doar, contém elementos altruísticos e de interesse pessoal, que são inseparáveis um do outro.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu em 1997 que todas as doações de sangue deveriam ser provenientes de doadores voluntários e sem pagamento. Somente 57 dos 124 países conseguiram atingir essa meta. Mesmo em países tais como os Estados Unidos, existe o pagamento para doadores de plasma. A OMS endossa o conceito de altruísmo introduzido por Richard Titmuss há 40 anos³¹. Segundo esse autor, o ato de doação voluntária altruística cria um contexto comunitário que aumenta o bem-estar da sociedade. Na opinião dele, um sistema com doações pagas commodifica (coloca no nível das coisas compráveis e vendáveis) o corpo humano e cria uma sociedade em que tudo passa a ter meramente valor de mercado. Corremos o risco de abrir o precedente que coroe o respeito que o corpo humano merece^{31,32}.

O “dom da vida” não pode se tornar meramente um item de compra e venda do bazar do corpo humano (tráfico de órgãos é um evidencia disso) que a ideologia de mercado liberal tenta impor a todos. Quanto mais preço se tenta colocar, nos mínimos gestos de altruísmo, alteridade e solidariedade, menos dignidade e respeito se percebe no relacionamento com os outros³³.

No âmbito do exercício da medicina, o eminente médico e filósofo Pellegrino, já falecido que foi também presidente da Comissão de Bioética do Presidente dos Estados Unidos, defende a imagem de que o bom médico é o médico virtuoso que assume como dever de ação o altruísmo, mesmo com risco de vida. Defende também que a medicina não pode se transformar num negócio, sendo de natureza inteiramente distinta de outras profissões por trabalhar com vidas humanas, necessitados de cuidado e cura frente a enfermidades³⁴.

Outros, numa linha de reflexão mais pragmática, vão criticar essa visão idealista altruística de Pellegrino e dizer que numa sociedade pluralista, o que se espera de um médico é que ele seja competente, nem tanto que seja altruística. Estes se rendem basicamente ao sabor das “leis do mercado”, e nesse âmbito o que existe não é altruísmo, mas *interesses* em jogo^{35,36}. A relação médico-paciente, antes baseada na confiança, agora se trata de uma relação contratual, onde, pacientes e médicos tem direitos e responsabilidades claramente delineadas, sendo que cada parte tem já seus advogados de plantão para defender possíveis direitos feridos seja de uma ou outra parte! Pellegrino manteve-se firme na posição de que numa sociedade sempre mais dominada pelos “valores” de mercado, o altruísmo entendido como “sacrifício pelo outro” sem olhar a quem, não deixa de ser paradoxal e o dever virtude e valor mais alto a ser buscado.

No âmbito da pesquisa em seres humanos, Jansen³⁷ fala de participação em pesquisa clínica como uma *opção moral* e não como um *dever moral*. A pessoa concorda em participar num ensaio clínico, a partir de sua preocupação pelo bem-estar de futuros pacientes. Essa seria uma decisão genuinamente altruística, segundo essa autora. Para ela, o comportamento genuinamente altruística é aquele que é motivado por uma preocupação pelo bem dos outros e que apresenta uma motivação que leva a pessoa a se voltar e ajudar os outros. Identificar esse motivo nem sempre é fácil, mas por vezes torna-se necessário. Jansen fala da importância e até necessidade de se discernir dois tipos de motivações. Temos as *motivações primárias* e *subsidiárias*, sendo que as primeiras seriam fundamentalmente em relação aos outros e as segundas, subsidiárias, que se mesclam com o autointeresse³⁷. Nesse sentido, altruísmo e egocentrismo não se excluem, mas no fundo se dão as mãos. Na ação de doar algo ao outro, sempre existe algo que retorna como bem para o doador. Mesmo que seja o “sentir-se bem” sem sentimento de culpa. Aqui entramos nas entranhas da psicologia, que vai explorar sentimentos e motivações.

Enfim, após essas reflexões éticas e bioéticas, podemos dizer que o altruísmo é uma ação que beneficia o outro, sem uma motivação de ganho, seja material ou

social. O mundo de hoje mais do que nunca necessita de gente altruísta que assumam a causa do outro, cuja vida, no “mercado global” do processo de globalização econômica, vale sempre menos e aumenta sempre mais a vulnerabilidade, a desigualdade, a injustiça e a iniquidade. Urge redescobrir a gratuidade da vida em gestos altruístas, num contexto sempre mais hostil frente ao outro (estranho moral) e numa sociedade individualista. Não seria ridículo perguntarmos aos nossos pais, quanto é que eles ganharam financeiramente para nos gerar para a vida? Determinados valores humanos, não se precificam, são sagrados. Não se deve colocar um preço, nem render-se às forças iníquas do mercado, que não vê a condição humana desigual e injusta e muito menos os rostos humanos sofridos que mendigam afeto, cuidado e recursos, mas sacrifica os valores humanos mais nobres no altar da eficiência profissional e de acúmulo de bens materiais, ao transformar em meras “coisas” sentimentos de empatia, afeto, solidariedade e altruísmo. Todos nós não fazemos parte de uma única “condição humana”? Tudo isso é um cenário reducionista e empobrecedor da nossa condição humana, e quanto mais for realidade, infelizmente, será uma evidência do envelhecimento moral dos valores de nossa sociedade. Nesse sentido, somos uma pequena minoria como parte de uma contracultura ética e bioética.

CONCLUSÃO

Olhando retrospectivamente, diante do exposto em indagações e na busca de respostas, procuramos criar um pano de fundo sobre a questão, esperando que o próprio leitor, após a devida análise reflexiva crítica, elabore sua própria avaliação.

O altruísmo, segundo os dicionários filosóficos, é um termo de criação recente, meados do século XIX, diferentemente de outros referenciais, como justiça, não maleficência e beneficência, que tem estado presentes na ética desde a Grécia clássica (séculos IV e V a.C.). O termo altruísmo, proposto por A. Comte, nasceu intimamente vinculado ao positivismo, e por essa origem, revestido de duas características (procedentes ao menos

em parte): sentido de obrigação e autoritarismo, quase dogmáticos.

Tal fenômeno ocorreu em momento histórico em que, graças às revoluções democráticas e a atuação de alguns filósofos, tais como Kant e Spinoza, em particular, considerava-se a ideia dos direitos e da liberdade dos seres humanos, com o respeito à autonomia. Daí a razão para que alguns filósofos, entre eles Nietzsche, por exemplo, reagirem diante da ideia do altruísmo.

Na realidade o espírito subjacente ao termo altruísmo já vinha, não da Grécia dos filósofos, mas de diversas religiões, por exemplo, na cristã, com o bom samaritano e com a devoção a santos, apóstolos e profetas, pregando o amor ao próximo. As características de obrigações (dever) e de autoritarismo (rigidez, imposição pela educação), provenientes da educação positivista pesaram muito na aceitação, utilização e endosso do vocábulo.

Há a impressão de que o surgimento, logo após, da alteridade de Emmanuel Levinás (altruísmo e alteridade, da mesma raiz latina, *alter*) também contribui para a menor explicitação do altruísmo.

Não obstante, o altruísmo tem estado presente, embora mais implícita do que explicitamente, no cenário da ética e da bioética, sobretudo na bioética em situação clínica. Agora, sem característica dogmática e ou impositiva. Segundo a ideia dos referenciais da bioética, não vem ao caso se o altruísmo é inato, desenvolvido, obrigação, dever, sentimento, capacidade, virtude, princípio ou fundamento – ele é referencial para a deliberação visando a opção ética. Como os demais referenciais, o altruísmo também não tem posição hegemônica, pois não há hierarquização entre os referenciais. Além disso, o altruísmo tem existência própria, como referencial, isto é, ele não é decorrência da atuação de outro referencial, mas pode manter, a exemplo dos demais referenciais inter-relação com outros referenciais da bioética.

Ao final, reafirmamos nossa convicção de que o altruísmo é um referencial para a deliberação bioética, seja ele considerado como for: virtude, sentimento, dever, inato ou, adquirido, adjetivado ou não, sobretudo o não

adjetivado. Mas, sempre, importa conhecer a motivação e a razão para adjetivação.

O altruísmo deve ser considerado como referencial com identidade e existência própria e que coexiste relacionando-se com os demais referenciais da bioética, tais como solidariedade, vulnerabilidade, prudência, equidade e espiritualidade, entre outros, deve ser avaliado em sua etiologia (motivação), etiopatogenia,

fisiologia, fisiopatologia, à luz dos fundamentos éticos e, em bioética, sob o prisma multi, inter e transdisciplinar.

Numa sociedade liberal que endeusa a ideologia do individualismo egoísta, e fortalece a existência do ser humano como um 'eu' sem o 'outro', ou, um 'nós', urge resgatarmos a dimensão relacional, interpessoal e solidária da existência humana, por meio do referencial bioético do altruísmo.

REFERÊNCIAS

1. Hossne WS. Bioética – Princípios ou Referenciais? *Mundo Saúde*. 2006;30:673-6.
2. Hossne WS. Dos referenciais da Bioética – A Prudência. *Bioethikos*. 2008;(2):185-96.
3. Hossne WS. Dos referenciais da Bioética – A Vulnerabilidade. *Bioethikos*. 2009;(3):41-51.
4. Hossne WS. Dos referenciais da Bioética – A Equidade. *Bioethikos*. 2009;(3):211-6.
5. Hossne WS, Segre M. Dos referenciais da Bioética – A Alteridade. *Bioethikos*. 2011;5(3):540.
6. Hossne WS, Silva FL. Dos referenciais da Bioética – A Solidariedade. *Bioethikos*. 2013;7:150-6.
7. Houaiss A. *Dicionário de Sinônimos e Antônimos*. 2a ed. São Paulo: Publifolha; 2008.
8. Mora JF. *Dicionário de filosofia*. Trad Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola; 2000.
9. Abbagnano N. *Dicionário de filosofia*. Trad Alfredo Bosi. 5a ed. São Paulo: Martins Fontes; 2007. 1210 p.
10. Japiassú H, Ferreira DM. *Dicionário básico de filosofia*. 3a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001. 296 p.
11. Bunge M. *Dicionário de filosofia*. Trad Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva; 2002. 405 p.
12. Runes D. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Editora Presença; 1990.
13. Audi R. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Paulus; 2006. 400 p.
14. Canto-Sperber M, organizador. *Dicionário de ética e filosofia moral*. Trad de Ana Maria Ribeiro-Althoff. São Leopoldo: Unisinos; 2003.
15. Blackburn S. *Dicionário Oxford de filosofia*. Trad Desidério Murcho. Rio de Janeiro: Zahar; 1997. 437 p.
16. Giles TR. *Dicionário de filosofia: termo e filósofos*. São Paulo: Epu; 1993. 262 p.
17. Entralgo PL. *La Relacion Medico-Enfermo História e Teoria*. Madrid: Editora Revista de Occidente; 1964.
18. Comte-Sponville A. *Pequeno Tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes; 2007.
19. Chauí M. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Cia das Letras; 1994.
20. Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. Os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril; 1973. p. 245-435.
21. Tavares M, Ferraz RB. *Transtornos da Personalidade*. Miguel EC, Gentil V, Gattaz WF. *Clínica Psiquiátrica*. São Paulo: Editora Manole; 2011. p. 1052-3.
22. Serafim AP. *Avaliação da Personalidade*. In: Forlenza OV, Miguel EC. *Compendio de Clínica Psiquiátrica*. São Paulo: Editora Manole; 2011. p. 78.
23. Cloninger CR, Svrakic DM., Przybeck TR. A psychobiological model of temperament and character. *Arch Gen Psychiatry*. 1993;50:975-90.
24. Jeng Y, Chew SH, Ebstein RI. The role of D4 receptor gene exon III polymorphisms in shaping human altruism and prosocial behavior. *Frontiers in Human Neuroscience* 7. 2013:1-7.
25. Weng HY, Fox AS, Sbackman AJ, Stodola DE, Caldwell JZK, Olson MC, et al. Compassion training alters altruism and neural responses to suffering. *Psychol. Sci*. 2013;24:1171-80.
26. Wyatt GAK, West A, Gardner A. Can natural selection favour altruism between species? *J Evol Biol*. 2013;26:1854-65.
27. Schonmann RH, Vicente R, Catiche N. Altruism can proliferate through population viscosity despite high random gene flow. *PLOS*. 2013;8:1-10.
28. Gopic K, Sundberg M, Maeder J, Fransson P, Petrovic P, Isacson G, et al. Altruism Costs – the cheap sign from amygdala. *Scan*. 2014;9:1325-32.

29. Brainsack B, Buyx A, editors. Nuffield Council Bioethics. Solidarity: reflections on an emerging concept in bioethics. United Kingdom; 2011.
30. Hayry M. Precaution and solidarity. *Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics*. 2005;14(2):199-206.
31. Titmuss R. *The gift relationship: from human blood to social policy*. London: Allen and Unwin; 1970.
32. Pentz R. Duty and Altruism: Alternative Analyses of the Ethics of Sibling Bone Marrow Donation. *J Clinical Ethics*. 2006;17(3):227-30.
33. Campbell AV, et al. The ethics of blood donation: Does altruism suffice? *Biologicals*. 2012;40:170-2.
34. Pellegrino E. Altruism, Self-interest, and Medical Ethics (editorials), *Jama*. 1987;258(14):1939-40.
35. Fender J. Altruism and Economics, *Encyclopedia of Applied Ethics*. San Diego: Academic Press; 1998. p. 143-9.
36. Steen WJ. Egoism and altruism in ethics: Dispensing with spurious generality. *J Value Inquiry*. 1995;29:31-44.
37. Jansen LA. The ethics of Altruism. *Clinical Research*. 2009;26-36.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Diretrizes Éticas Internacionais para a pesquisa biomédica em seres humanos. São Paulo: Editora Loyola; 2002.
- Sarkar SP, Adshear G. Protecting altruism: a call for a code of ethics in British psychiatry. *British J Psych*. 2003;183:95-7.
-